



## Ao presidente Lula,

Através desta carta, os petroleiros e petroleiras, querem mostrar como está a situação da nossa grande empresa no estado da Bahia, após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff do poder.

É muito triste e revoltante ver o que está acontecendo com a Petrobras, que está sendo sucateada e privatizada, fato que vem levando a perdas de milhares de postos de trabalho e também à redução da arrecadação de impostos pelo estado e municípios. Presidente, os golpistas retiraram da empresa o seu papel social.

A Petrobras tem uma atuação extensa no território baiano. A estatal tem presença na exploração e produção (E&P) de campos terrestres, no refino por meio da RLAM, no biocombustível por meio da Usina de Candeias e da participação na processadora de grãos BioÓleo, na petroquímica através da Fafen, bem como possui um conjunto de terminais e termelétricas. Portanto, a retração dos investimentos da Petrobras no estado deve afetar, por um lado, o próprio desempenho das atividades industriais do estado e, por outro, a economia baiana.

Em relação às atividades industriais, destaca-se a forte redução da produção de petróleo e gás desde que a Petrobras iniciou seus desinvestimentos em 2014. Daquele ano até hoje, a produção despencou de 43,8 mil barris/dia para 36,1 mil barris/dia. A grande responsável por essa queda foi a Petrobras e, mesmo com a abertura do setor (desde 1997), as empresas do setor privado não foram capazes de ocupar esse espaço.

No caso do refino e as termelétricas, a Petrobras tem sucateado a RLAM e, segundo notícias veiculadas pela revista Exame, já existem tratativas para a venda da refinaria. Nesse sentido, cabe lembrar que taxa de utilização da refinaria – que já foi de quase 90% – encontra-se abaixo dos 60%. Ademais, a Petrobras já acordou a venda das termelétricas de Celso Furtado e Romulo Almeida para a Total. Além de uma redução dos trabalhadores, acredita-se que deverá ocorrer uma redução da renda da mão-de-obra, uma vez que o salário médio das empresas privadas é consideravelmente mais baixo que o da Petrobras. Outra perda para o estado da Bahia diz respeito ao caráter estratégico do Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBa). O TRBa – que já tem um acordo de “uso compartilhado” com a Total – tem um papel estratégico para o país, uma vez que responde por cerca de 20% da oferta de gás nacional – desconsiderando o volume importado da Bolívia. Ou seja, a venda do TRBa pode significar a transferência distribuição do gás para uma empresa estrangeiras e reduzir o controle nacional para atender a demanda interna.

Por fim, a Petrobras já confirma a sua saída do segmento de biocombustível. Isso deve afetar negativamente a produção nacional de biodiesel e, principalmente, a produção agrícola, uma vez que os insumos tanto para a BioÓleo como para a Usina de Candeias tem grande participação das famílias agricultoras da região. A extinção dessas duas empresas deve afetar mais de 30 mil pessoas, entre empregados indiretos e famílias agricultoras. Mais grave do que os impactos em toda a cadeia industrial ligada ao petróleo e gás, são os efeitos socioeconômicos para a população baiana.

Em primeiro lugar, há uma forte retração do emprego na cadeia petroquímica, de biocombustíveis e de gás do estado da Bahia. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), nos setores de extração de petróleo e gás natural; fabricação de biocombustíveis; fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral; fabricação de produtos derivados do petróleo; fabricação de produtos e preparados químicos diversos, fabricação de produtos químicos orgânicos e inorgânicos; e geração, transmissão e distribuição de energia; entre 2013 e 2016, o saldo entre admitidos e demitidos foi de -2.403 trabalhadores. Considerado que nestes setores, o número de trabalhadores era de 20.753 em 2012, isso representa que 12% desses trabalhadores perderam seus empregos, desconsiderando ainda os impactos indiretos.



Informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontam que a força de trabalho dos setores petroquímico, gás natural e de energia tem perdido progressivamente participação na composição dos ocupados da região metropolitana de Salvador (RMS). De acordo com os dados da PED, embora esses setores gerem um número de empregos relativamente pequeno, saltam aos olhos a expressiva queda de participação. Entre 2013 e 2016, o percentual desses setores caiu de 2,0% para 1,1% (ver Tabela 4). Em pontos percentuais, essa redução foi praticamente similar ao observado em toda a indústria de transformação que, em 2013, detém uma participação quatro vezes maior do que os setores petroquímicos, gás natural e maquinário. O resultado mais alarmante é um possível processo de precarização do emprego na RMS, uma vez que a redução do percentual dos ocupados na indústria de transformação tem como contrapartida o crescimento da participação do setor de serviços, cujos salários e qualidade do emprego, na média, são piores do que a indústria.

Além da questão do mercado de trabalho, a retração das atividades da Petrobras tem afetado as receitas fiscais do estado da Bahia. Considerando apenas os anos de 2015 e 2016, de acordo com a ANP, os royalties recebidos pelo governo estadual da Bahia caiu de R\$ 176,3 milhões para R\$ 139,8 milhões, ou seja, uma diminuição superior a 20%. Junto aos royalties, observa-se um impacto importante na arrecadação de ICMS do Estado da Bahia. Isso porque, segundo os dados da Secretaria da Fazenda da Bahia, a indústria química e de petróleo foram responsáveis por quase 30% da arrecadação em 2016 (R\$ 5,5 bilhões). Portanto, uma forte redução da atividade petroquímica pode comprometer fortemente as finanças estaduais.

Em relação ao produto estadual, um estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) de 2009 mostra que os setores de petróleo e gás natural; produtos do refino de petróleo e coque; e produtos químicos representaram cerca de 15% da produção das atividades econômicas da Bahia. Isso sem considerar os setores de construção, bem como de máquinas e equipamentos que contribuíram com mais 7%, cuja dinâmica é fortemente atrelada à indústria petroquímica. Supondo que a estrutura econômica da Bahia não tenha passado por grandes transformações até os dias atuais, imagina-se que uma retração destes setores impacta entre 20%-25% da produção estadual. Essa hipótese se confirma quando são analisados os últimos dados sobre a indústria baiana.

No ano de 2016, o produto interno bruto (PIB) baiano e a produção industrial tiveram, respectivamente, uma queda de 4,9% e de 7,7%. Isso, sem dúvida, tem forte relação com a retração das atividades da indústria extrativa (no qual, petróleo e gás tem grande importância) que se retraíram em 18,5%. Ou seja, esse desabamento das atividades petroquímicas influenciou negativamente o PIB estadual. Cabe ainda destacar que a própria redução da atuação PBio também pode ter contribuído na abrupta queda da produção agropecuária de 2016 (-20,6%), uma vez que a Usina de Candeias e a BioÓleo são clientes relevantes para a agricultura baiana.

Nesse sentido, os atores públicos do estado da Bahia devem ficar atentos aos movimentos da Petrobras no Estado. Os desinvestimentos da Petrobras impactam de maneira significativa as atividades de E&P, refino, química e biocombustíveis. Ou seja, os atores privados não conseguem se posicionar com o mesmo ímpeto que a Petrobras em vários desses segmentos. Além disso, o caráter estatal da Petrobras possibilita à empresa uma atuação mais preocupada com os aspectos sociais que permite, por exemplo, a realização de contratos com agricultores familiares ou financiar programas socioambientais. Por isso que todos resultados apontados acima – redução do emprego, da arrecadação fiscal e do produto – estão inequivocamente relacionados ao programa de desinvestimentos.

